



A IMIGRAÇÃO DA MULHER AÇORIANA EM SANTA CATARINA: DA SUBVERSÃO À BRUXARIA

Cláudia R. Silveira¹

1. INTRODUÇÃO

Entre 1748 e 1756 houve uma “introdução” de cerca de cinco mil povoadores açorianos e madeirenses em Santa Catarina. Essa imigração em massa tinha como objetivo defender e povoar o território catarinense, uma vez que a coroa portuguesa estava convencida de que a melhor forma de garantir a posse da terra era povoá-la. Tal conquista foi resultante de muitas lutas, guerras e tratados políticos. Mas, como bem sabemos, o grande personagem desse momento histórico é o **homem**; ele é tido como o guerreiro, o herói, o político. A mulher manteve-se sempre “escondida”, ausente dessas conquistas pelos historiadores.

Mostrar que a mulher emigrante participou ativamente dessa história e que de alguma forma marcou sua presença, seja através do trabalho ou da própria cultura, torna-se o objetivo deste trabalho. Para isso, faz-se uma breve análise do movimento diaspórico sofrido por elas, o qual não poderia deixar de ter sua relação com o gênero: através da história, pode-se perceber que a violência às mulheres se deu desde que saíram de sua terra natal, ao serem transportadas em porões de navios, separadas de seus maridos e filhos, ficando, literalmente, presas em lugares escuros reservados a elas. Assim, as que conseguiram sobreviver, aqui aportaram sob a condição de “sombras” dos maridos e reféns dos costumes da igreja católica.

No entanto, em Santa Catarina, mais especificamente em Desterro (atual Florianópolis), houve uma manifestação, mesmo que silenciosa, de mulheres que não se deixaram se subverter ao domínio masculino e trouxeram em sua dimensão diaspórica suas memórias e a preservação de seus mitos, dentre eles aquele referente à bruxaria, mito este que assombrou e, ainda, assombra tantos homens.

¹ Doutoranda em Literatura Brasileira na UFSC e professora de Comunicação no Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis. Endereço eletrônico: claudiasilveira@ifsc.edu.br



2. A EMIGRAÇÃO AÇORIANA

O povoamento açoriano em Santa Catarina iniciou-se desde o século XVII com a fundação da povoação de Nossa Senhora do Desterro. Acontece que, tempos depois da morte cruel do seu fundador, Francisco Dias Velho, houve uma debandada geral da terra, e isso passou a ser visto como algo muito negativo para o fortalecimento da soberania no sul do Brasil.

Mais tarde, quando Portugal compreendeu que seus interesses na área da Baía do Prata só seriam bem sucedidos se houvesse uma afirmação de suas bases militares ao longo do litoral, tratou de fortificar o local e estimular o povoamento nessas áreas.

“A Ilha de Santa Catarina foi escolhida como local para o estabelecimento do maior desses baluartes.” (SANTOS, 1995, p.53) O brigadeiro Silva Paes foi designado como comandante militar e governador, em 1739. Mas, tempos depois, ele percebeu que de nada adiantaria a ilha estar fortificada, se não estivesse povoada. Assim, em 1745, o Conselho Ultramarino de Portugal concordou que os navios que passassem por Portugal trouxessem casais para fixar residência em Santa Catarina. Silva Paes, porém, protestou, uma vez a cada viagem poderiam vir apenas cinco casais de cada vez; dessa maneira levaria anos e anos para povoar a ilha.

Um ano depois, em 1746, o mesmo Conselho promoveu a emigração de açorianos para a Ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande. Isso aconteceu porque, há algum tempo, a Coroa Portuguesa vinha tentando resolver o problema da miséria que assolava os açorianos. A situação naquele arquipélago era muito crítica; devido à elevada densidade demográfica, a terra acabou ficando escassa e o povo, grande parte agricultor, viu-se sem lugar para plantar e completamente na miséria. Somado a isso, havia a ameaça constante de erupções vulcânicas que ocorriam em algumas ilhas. Resolvendo essa situação, Portugal acabaria com dois problemas de uma só vez: diminuiria a superpopulação e suas consequências nos Açores e garantiria a estrutura para seu projeto de expansão e domínio no Sul do Brasil. Para isso, prometeu ao povo “transporte gratuito a 5 mil pessoas, uma ajuda de custo conforme o número de descendentes de cada casal, ferramentas, armas, animais e farinha necessária ao sustento de cada um, além de isentar os homens do serviço militar. Receberiam ainda terras para o cultivo.” (CABRAL, 1994, p.62). Quando aqui chegaram, porém, receberam muito pouco daquilo prometido pelo Rei.

Assim, em 1748, o brigadeiro Silva Paes recebeu a primeira leva de açorianos; depois, de 1749 a 1756, mais quatro transportes chegaram, com vários navios, que trouxeram cerca de cinco mil açorianos os quais fixaram moradia no litoral catarinense. Essa foi, sem dúvida, a maior emigração europeia já vinda para o Brasil.



2.1. O transporte

Para a viagem dos Açores até a Ilha de Santa Catarina, foram contratados alguns comerciantes que seriam responsáveis pela segurança dos transportados. Acontece, porém, que já na primeira leva, que transportava 461 pessoas, muitas delas morreram devido à precariedade no transporte.

Consta que a travessia era uma aventura horrorosa: três meses em alto mar sem as mínimas condições de higiene, falta de alimentação, a água apodrecendo e doenças como febre, infecções intestinais e escorbuto se espalhando pelo local. Tudo isso resultando em um grande número de óbitos, cujos corpos eram jogados ao mar. Nesse contexto, merece destaque especial o tratamento dado às mulheres, por ordem do rei, no regimento criado para o transporte de casais:

[...]

4. Ao primeiro destes Mandantes que se embarcar entregará o Capitão ou Mestre do Navio, uma das chaves das portas e postigos das câmaras em que houverem de ir as mulheres, ficando a outra em poder do mesmo Capitão.

[...]

7. Também nomeará cada um dos Mandantes dois serventes, homens casados fiéis, para levarem as rações do fogão às câmaras das mulheres.

[...]

9. Dentro das câmaras das mulheres não entrará homem algum salvo em caso de doença o Cirurgião ou o Capelão – quando for preciso administrar os sacramentos a alguma enferma. Os meninos até a idade de sete anos irão nas câmaras das Mulheres.

10. Não falará homem algum às mulheres salvo marido a sua mulher, filho a sua mãe, o irmão a sua irmã [...] e o farão à hora em que forem levar às mulheres comida e água.

[...]

13. O Capelão dirá missa ao menos em todos os dias santos e só nesses dias sairão as mulheres a ouvi-la, para o que se porão nas passagens todos os Guardas e então se abrirão às mulheres as portas, que depois delas saírem se tornarão logo a fechar; as mesmas mulheres ficarão no lugar mais vizinho ao altar, e logo o Capelão, os Mandantes e seus substitutos com todos os Guardas atrás destes a mais gente e depois todos os Marinheiros Grumetes e moços de navio e acabada a missa se tornarão a por em ala os Guardas para a passagem das mulheres e recolhidas elas, se fecharão as portas dos aposentos.²

Nas viagens seguintes, apesar da fiscalização da Coroa Portuguesa (que fez isso não por se preocupar com a saúde dos transportados, mas para garantir que seu “produto” chegasse a salvo – tal qual aconteceria nos navios negreiros), as condições sanitárias melhoraram um pouco, mas o desconforto continuava o mesmo.

A notícia desses acontecimentos não tardou a chegar a Açores e, por causa disso, muitos dos inscritos desistiram. Com o propósito de cumprir a meta dos cinco mil habitantes, foram recrutados velhos, doentes e inválidos que não atendiam às necessidades de mão-de-obra no território

² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol.V, 1916, p.74.



brasileiro (faz-se interessante afirmar que antes disso, só eram aceitos casais e parentes próximos com idade de, no máximo, 40 anos para os homens e 30, para as mulheres).

3. FORMAÇÃO FAMILIAR E ESPAÇOS DE TRABALHO: A DIVERSIDADE DE GÊNEROS

A nova leva de colonos ilhéus trouxe uma identidade bem diferente à Ilha e à terra firme. Apesar de habitar uma terra bem diferente da sua, o ilhéu trouxe para cá seus conhecimentos de agricultura, pesca, olaria, carpintaria e na parte da construção civil.

É nesse universo essencialmente masculino de grandes navegadores, políticos, homens determinados a defender uma terra que mal conheciam que surge a figura um tanto quanto oculta da mulher luso-açoriana, a “outra parte” constitutiva do Casal emigrante que veio para colonizar a Ilha de Santa Catarina.

Segundo Luz (2000, p.68), “As mulheres açorianas trouxeram para a ilha as suas habilidades domésticas e qualidades artísticas que se manifestaram na fiação e tecelagem dos panos de algodão e linho para as roupas de família, e nas artes dos bordados.” A ela cabia também a função de cuidar da casa e dos filhos, mas será que era só isso mesmo?

Reconhecidamente por todos, a autoridade masculina, como chefe familiar é a que prevalece; no entanto, isso não significa dizer que todo o poder estava centrado unicamente nas mãos dos homens. O que se via era que a ausência da mulher desestruturava completamente uma família; era o caso da condição da viuvez. Assim, de acordo com o povo, um homem não conseguia viver sozinho, sem a presença de uma mulher (companheira, filha, sobrinha, tia, mãe). Já na condição de viúva, a mulher adquiria um status de poder e autoridade. Em torno dela continuava a seguir toda a família, inclusive os filhos casados (mas aqui é interessante notar que a “chefe geral” era a mãe, porém, na casa dos filhos, eles, os homens, detinham o poder sobre a mulher e os filhos).

Quanto ao trabalho, percebe-se, desde sempre, uma divisão sexual entre o trabalho feminino e masculino. Como viviam em localidades agrícolas e pesqueiras, as atividades principais eram a pesca e o plantio. A pesca era trabalho essencialmente masculino; às mulheres era proibido, inclusive, adentrar aos ranchos e às embarcações. Os açorianos tiveram de adaptar essa atividade quando aqui chegaram, pois nos Açores eram acostumados à pesca em alto mar, a pesca de baleias. Aqui, pescavam próximo ao litoral; era costume, também que eles fossem pescar no Rio Grande (do Sul) ou em Santos – isso trazia uma renda bem mais vantajada para a família. Enquanto passavam meses no mar, a mulher tornava-se a responsável pela casa, pelos filhos e pela roça. Nesse último



espaço e nos engenhos de farinha, em presença do marido, a mulher é considerada uma “ajudante”; a ela sobram os trabalhos “mais leves” como raspar e lavar a mandioca e peneirar a farinha (trabalho também executado pelas crianças).

O espaço doméstico era de uso exclusivo da mulher. “Cozinhar, lavar e consertar as roupas, limpar a casa e confeccionar a renda de bilro eram e são até hoje atividades essencialmente femininas com as quais os homens não se envolvem.” (MALUF, 1993, p.39) As rendas também faziam parte do orçamento familiar e, de acordo com Maluf (1993), o recebimento financeiro variava de acordo com a idade: se a rendeira fosse uma menina (a qual já era incentivada desde os seis anos de idade), o dinheiro era dado à mãe; se fosse uma moça, o dinheiro ia normalmente para a compra de seu enxoval e, se fosse da mãe, o dinheiro ia para ajudar nas despesas da casa. Beck et al. (1983), assinalam que o momento em que a menina começava a fazer renda, demarcava o seu ingresso em uma nova etapa da vida, denominada “fim da infância”.

Outro espaço essencialmente feminino eram as “fontes”, local em que as mulheres lavavam suas roupas. Ali se reuniam várias mulheres, de diversas famílias. Para os homens, sempre era um mistério o que lá era comentado, e aquela “reunião” de várias mulheres em um só lugar e próximo da mata representava um ambiente “perigoso”.

Portanto, quanto à ocupação, pode-se perceber que existia, sim, aquilo que Pitt-Rivers (1986) chamou de uma “divisão moral” do trabalho: às mulheres eram destinadas as atividades ligadas ao espaço interior (a casa, a família, a renda, a roupa), enquanto que os homens ocupavam o espaço exterior (a pesca, a roça, e a venda³). O homem, ao casar-se, tornava-se o responsável pelo sustento da família, no entanto, em sua longa ausência no período da pesca,

As mulheres passavam a ser encarregadas da sobrevivência da família. Assim, na época da farinha trabalhavam nos engenhos, na apanha do café, em tempo de tainha escalavam e salgavam o peixe, vendiam na cidade ovos, óleo de mamona manta de tear, além dos serviços da casa e do seu entorno e da produção da renda do bilro⁴.

Assim, percebe-se que o papel feminino exercido pelas açorianas (e, depois, por suas descendentes) não era tão oculto assim, a mulher tem uma presença muito marcante nesse período, mas foi completamente esquecida pelos historiadores.

³ A “venda” era uma espécie de mercadinho em que se vendiam comida e utensílios domésticos, e ao mesmo tempo funcionava como uma espécie de bar, em que os homens ficavam bebendo cachaça. Esse tipo de estabelecimento comercial era muito comum nos vilarejos habitados pelos açorianos.

⁴ WOLFF, Cristina; RÉCHIA, Karen. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. BRANCHER, Ana (org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p.67



4. HERANÇA EUROPEIA: O PODER DAS BRUXAS E DAS BENZEDEIRAS

Quando os açorianos começaram a chegar ao Brasil, entre 1740 e 1750, ainda ardiam as últimas fogueiras da Inquisição. É certo que um povo não poderia deixar de lado uma cultura cultivada durante séculos (o período de “caça às bruxas” na Europa teve início já por volta do ano de 1450 e, como se sabe, criado pela Igreja Católica subsidiada pelo Estado para acabar com as facções que se opunham a ela, com o fim de exterminar seus membros – lembra-se, ainda, que os principais perseguidos eram os camponeses, os pobres e, principalmente, as mulheres, que eram presas e condenadas às fogueiras. E como qualquer um poderia ser alvo do Tribunal da Santa Inquisição, o terror se espalhou pela Europa. Mulheres de aparência desagradável, com alguma deficiência física, idosas, perturbadas mentalmente, ou que moravam sozinhas (solteironas ou viúvas) eram o estereótipo de bruxa.)

E foi essa a cultura que os açorianos trouxeram em sua bagagem. As bruxas relatadas por eles⁵, eram bem parecidas com as bruxas europeias, no entanto, nunca se teve notícia da presença de tribunais inquisidores ou de que alguma mulher fora queimada em fogueira por heresia em Santa Catarina. O fato é que no imaginário popular ainda havia muitos resquícios dessa cultura cristã predominante que se instalou na ilha de Santa Catarina desde a época da emigração e, ainda, perpetua nos dias atuais (claro que com muito menos intensidade).

4.1 Bruxas e benzedeadas

Nas comunidades luso-brasileiras, a consulta às benzedeadas era algo muito comum, isso, principalmente, devido à baixa condição financeira do povo, que não tinha dinheiro para consultar o médico.

As benzedeadas são mulheres que, detendo determinados conhecimentos curativos, sobre ervas medicinais, sobre rezas e benzeduras, sobre o parto e o cuidado dos bebês recém-nascidos e tendo o poder e o conhecimento dos procedimentos rituais para enfrentar ou proteger dos malefícios, como quebranto, mau-olhado, feitiçaria e bruxaria, são vistas como ‘especialistas’ nestas questões pelos outros moradores do lugar⁶.

Assim como o espaço da pesca era essencialmente masculino, as curas e benzeduras eram de domínio feminino, “e este aprendizado se dava nos espaços de atividades femininas como a lavagem de roupas na fonte, no artesanato da renda, na apanha do café.” (WOLF; RÉCHIA, 1999,

⁵ Sobre essas narrativas, consultar CASCAES, Franklin. *O fantástico na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, vol.1 e 2.

⁶ MALUF, Sônia. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.119.



p.66) Mesmo os instrumentos utilizados por elas eram do interior e ao redor das casas: tesoura, linha, agulha, pilão, brasa, ervas, etc.

As benzedeadas também eram conhecidas por seu poder sobrenatural; mas, diferentemente das bruxas, elas eram reconhecidas nas comunidades e usavam sua magia no emprego do bem.

Outra crença do luso-brasileiro atribuída ou dirigida às mulheres é o fenômeno da bruxaria. Franklin Cascaes (1908-1983), considerado o maior pesquisador dos costumes açorianos em Santa Catarina, jamais recolheu alguma narrativa dos descendentes de açorianos que possuísse um bruxo como personagem. Eram sempre mulheres e, assim como na Europa, “infernais”:

Algumas bruxas alimentavam-se do sangue dos animais de criação e infernizam a vida dos cavalos, fazendo-os cavalgarem noite a dentro, desesperados até a exaustão e fazem nós indesejáveis nos rabos e crinas. Há também aquelas que são especialistas em determinadas funções, provocando benefícios ou malefícios de acordo com o caráter daqueles que são extraídos pelo interesse das bruxas. Outras bruxas chupam o sangue de crianças, provocando debilidade física e até a morte⁷.

Como visto, as crianças e os animais eram vítimas costumeiras das bruxas, mas, neste trabalho, o que nos interessa de forma mais intensa é a relação da bruxa com o mundo masculino.

Se como mulher, o universo feminino era subestimado pelos homens, como bruxas, ele era temido e odiado. Isso porque, primeiramente, ser bruxa, significava uma forma de desvio de conduta e moralidade. A bruxa exercia atividades que uma mulher sequer poderia imaginar em fazer: ela desafiava os homens, tinha o poder de colocar em questão a identidade masculina e, sobretudo, era temida por eles. Nesse sentido, a bruxa representava uma ameaça aos homens à medida que ela transpunha os limites entre o universo masculino e o feminino (na vingança contra determinados homens da comunidade, elas invadiam os ranchos de pescadores – universo puramente masculino, roubavam suas canoas para viajarem até as “Índias”, rasgavam suas redes e davam nós indesejáveis nas roupas deles, ou seja, invadiam o espaço de identidade masculina e se apropriavam de seu instrumento de trabalho). Nesse contexto, pode-se perceber que a bruxa rompe com os padrões socialmente construídos em torno da diferença de gênero ao invadir o universo masculino. Além disso, das diversas narrativas descritas por Franklin Cascaes⁸, as mulheres invadem o universo masculino sempre em grupos, o que representa um poderio ainda maior sobre o mundo dos homens. A imagem da bruxa europeia voltada à sexualidade, também pode ser encontrada aqui em Florianópolis. Para adquirir poderes metamórficos, as bruxas ficavam peladas e uma passava o unto (uma espécie de unguento) na outra, e não possuíam o menor pudor

⁷ SILVEIRA, Cláudia R. *Um bruxo na ilha*: Franklin Cascaes (Resgate de narrativas inéditas). 1996. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.43.

⁸ Tais narrativas estão presentes nas obras de Franklin Cascaes “O fantástico na ilha de Santa Catarina”, volumes 1 e 2, lançadas pela UFSC e na dissertação de Mestrado da autora, citada nas referências deste trabalho.



sexualmente falando. Essa questão sexual representava uma ameaça muito perigosa ao homem, que se sentia impotente: a bruxa era, normalmente, uma mulher mais experiente e, sendo iniciada sexualmente nas orgias, já não se encontravam mais sujeitas às autoridades do marido, do pai ou do irmão mais velho (por isso, as bruxas apontadas eram sempre viúvas, mulheres mais velhas ou solteiras, independentes financeiramente dos homens)⁹.

5. A DIÁSPORA AÇORIANA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo diáspora, do grego *diasporein*, significa dispersar, espalhar. É a dispersão do povo que sai de sua terra de origem em busca de uma vida melhor em outros países ou continentes. Na história, a diáspora açoriana ocorreu em diversos países, dentre eles, e em número maior, o Brasil. Na ilha de Santa Catarina, essa situação diaspórica sempre foi muito visível; o povo açoriano, assim como qualquer povo que abandona a sua terra, jamais se desapegou das suas origens e manteve viva aqui a cultura e a tradição de onde nasceram. E isso se deu pelo fato de manterem a língua, a religião, o modo de pensar e agir. No entanto, não se pode esquecer que essa cultura original está em constante transformação, pois, com o tempo, a nova cultura, os novos costumes acabam sendo assimilados e interferem na própria identidade (seja individual ou coletiva).

Walter (2007, p.2) afirma que “Mover entre lugares significa, entre outras coisas, uma mudança/oscilação na maneira de pensar e agir; ou seja, afeta a episteme cultural/identitária. Identidades fixas e diaspóricas constituem encruzilhadas complexas onde sociedades se transnacionalizam.” Assim, cultura e identidade, além da questão espaço-temporal e linguística, configuram-se como entidades que “ondulam”, fazendo com que raça, gênero, classe, etnicidade e outros surjam enquanto identificações naturais (ou construídas) mediante essas interrelações. E “estar ao mesmo tempo ‘dentro’ e ‘fora’ deixa o imigrante em um espaço ambivalente.” (SHOHAT, 2002, p.106) Os açorianos foram iludidos e enviados para cá e, no entanto, ao chegarem aqui, ao depararem-se com a sua real situação de “abandono”, tiveram o desejo de retorno à terra natal. Mas, esse retorno não foi possível para a maioria deles, e os poucos que voltaram, sentiram-se estranhos em sua terra natal. Aqui, parece que uma das implicações da diáspora está, além da hibridização cultural pelo efeito da zona de contato, no desejo de querer regressar ao ponto zero, por um processo consciente ou inconsciente. E é daí que resulta aquele forte sentimento de identificação

⁹ Apesar de as bruxas serem tão temidas no universo masculino, vale a pena lembrar que o discurso inquisitorial inseriu a figura do Diabo como o único ser temido pelas bruxas. Em diversas narrativas de Franklin Cascaes, por exemplo, ele sempre aparece como o chefe, ou seja, uma forma arrumada para deslocar a “força ameaçadora” das mulheres para o universo masculino.



com a cultura de origem. Hall (2003, p.29) trabalha essa questão a partir de uma concepção fechada de “tribo”, diáspora e pátria. Para ele, a identidade cultural nesse sentido se dá pelo fato de entrar em contato com um núcleo imutável e atemporal, que liga o presente e o futuro ao passado, em uma linha ininterrupta. “Esse cordão umbilical é o que chamamos de ‘tradição’, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade.’”

Assim, essa cultura se renova; ocorre, então, uma intersecção cultural e identitária propiciada no plano físico-geográfico pela diáspora, pelo espalhamento do povo que sai de sua terra e parte para uma outra, mas que não abandona suas origens. A origem se mantém, porém, associada a uma nova realidade. “Na verdade, a diáspora reescreve a nação e o projeto nacional pelo fato de os sujeitos migrantes rejeitarem um espaço nacional por um outro mais desejável, mas carregando consigo uma bagagem daquilo que deixou para trás.” (ALMEIDA, 2006, p.193) Daí surge também a questão da hifenização, da identidade: agora são “lusobrasileiros” (mulheres e homens europeus, brancas(os) que vieram para cá com o fim de colonização).

Compreender essas políticas de identidade, bem como esse cenário conflitante de revitalização da identidade açoriana é um caminho muito pouco percorrido pela crítica em geral e, ainda, muito pouco explorado. O que se sabe é que a diáspora provocou nesse povo hifenizado um processo de mudança: mudou os que saíram, os que já estavam e os que ficaram. Isso porque a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003). Portanto, é quase impossível separar os termos identidade e cultura, e isso se torna muito claro quando estamos falando de processos diaspóricos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra R.G. A nova diáspora e a literatura de autoria feminina contemporânea. In: *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Ildney Cavalcanti; Ana Cecília Lima; Liane Schneider (Org.). Maceió: Ed.UFAL; PPGLL, 2006.
- BECK, Anamaria et al. *Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- LUZ, Aujor Ávila da. *Santa Catarina, quatro séculos de história*. Fpolis: Insular, 2000.



MALUF, Sônia. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

PITT-RIVERS, Julien. *Anthropologie de l'honneur*. Paris: Sycomore, 1983.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol.V, 1916, p.74.

SANTOS, Silvio C. dos. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.

SHOHAT, Ella. A vinda para a América: reflexões sobre perda de cabelos e de memória. *Rev. Estudos Feministas*, nº1, 2002.

SILVEIRA, Cláudia R. *Um bruxo na ilha: Franklin Cascaes (Resgate de narrativas inéditas)*. 1996. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WALTER, Roland. **Encruzilhadas Afro-Diaspóricas: Poéticas-Políticas de Identidade** em Dany Laferrière e Marlene Nourbese Philip. Disponível em:

<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/ROLAND%20WALTER.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2010.

WOLFF, Cristina; RÉCHIA, Karen. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. BRANCHER, Ana (org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.